COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 232, DE 2019

Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros, provenientes de repasses federais, nos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autores: Deputados CARMEN ZANOTTO E OUTROS

Relator: Deputado JUSCELINO FILHO

I - RELATÓRIO

O PLP nº 232, de 2019, propõe estabelecer a permissão a Estados, Distrito Federal e Municípios a transposição e transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, constantes em seus respectivos Fundos de Saúde, provenientes de repasses do Ministério da Saúde; exclusivamente para a realização de ações e serviços públicos de saúde; e desde que não haja descumprimentos das normas que regem o Sistema Único de Saúde; inclusão desses valores na Lei Orçamentária Anual e na respectiva Programação Anual de Saúde e comprovação da despesa no Relatório Anual de Gestão.

A justificativa do projeto se baseia na necessidade de dar maior flexibilidade à utilização de recursos financeiros remanescentes em conta ao final do exercício financeiro, sem abrir mão dos objetivos relacionados à saúde pública, ao controle social do SUS e às normas financeiras e orçamentárias vigentes.

Não há proposições apensadas

Trata-se de proposição sujeita à apreciação do Plenário, despachado à Comissão de Seguridade Social e Família, à Comissão de Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, I, do RICD).

Tramita em regime de prioridade (art. 151, II, do RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Apesar de o Sistema Único de Saúde ter como um de seus princípios a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo (Lei nº 8.080, de 1990, art. 7º, IX), na prática isso não é observado.

Em razão da dependência financeira de muitos Municípios e Estados em relação aos recursos federais para a saúde, muitos gestores ficam impossibilitados de resolverem problemas de saúde local importantes, pois precisam seguir as diretrizes do Ministério da Saúde para receber esses recursos.

Da mesma forma, o também princípio do SUS de participação da comunidade acaba sendo limitado, pois também há menor espaço para decisão sobre a alocação de recursos financeiros conforme as necessidades de saúde que entendem prioritárias conforme sua realidade local.

Como bem colocado, até a publicação da Portaria do Ministério da Saúde nº 3.992, de 2017, a situação era muito mais grave, pois para cada ação ou programa havia uma conta específica, e não raro havia sobras de recursos em uma conta e falta de recursos em outras, e sem possibilidade de remanejar recursos.

Aqui, é preciso lembrar que uma das definições de “administrar bem” é alocar recursos de forma eficiente.

Atualmente, há apenas dois blocos: custeio e investimento, permitindo uma maior flexibilidade para o gestor, havendo melhores condições de fazer frente a problemas de fluxo de caixa.

Contudo, os recursos remanescentes em conta ao final de cada exercício financeiro permanecem vinculados, mesmo já havendo sido realizadas completamente as ações e serviços públicos de saúde previstas na Programação Anual de Saúde para esses recursos.

Portanto, vejo que a proposição tem inegável mérito para as políticas de saúde pública dos Estados e Municípios, objeto de deliberação desta Comissão de Seguridade Social e Família, uma vez que permite uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros disponíveis para à saúde, sem abrir mão dos objetivos pactuados com o Ministério da Saúde, dos resultados buscados na Programação Anual de Saúde, do controle social do Conselho de Saúde local e da fiscalização dos órgãos competentes.

Face ao exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar nº 232/2019.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2019.

Deputado **JUSCELINO FILHO**
Relator